

Desigualdade regional e intervenção estatal: uma análise da concepção de planejamento regional no I e II Plano Plurianual do Governo do Estado de Goiás, entre 2000 e 2007¹

Tathiana Rodrigues Salgado
Graduada em Geografia IESA/UFG
trs.tathi@gmail.com

Tadeu Alencar Arrais
Professor Adjunto IESA/UFG
tadeuarrais@ibest.com.br

Resumo: A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 165º, estabelece a obrigatoriedade, tanto para o Governo Federal como para os Governos Estaduais, do estabelecimento, para fins de planejamento, dos Planos Plurianuais. Esses planos têm como objetivo apresentar as diretrizes da administração pública, traduzindo, de certo modo, sua visão de território, uma vez que o orçamento, as ações e os diversos programas passam a ser regionalizados. No estado de Goiás, os dois primeiros Planos Plurianuais ocorrem entre 2000 e 2007. Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado (GOIÁS, 2001), o PPA 2000/2003 tinha por objetivo central: *A inserção de Goiás na economia nacional e internacional para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico social e qualidade de vida*. O PPA - *Goiás século XXI* foi orientado por cinco diretrizes estratégicas: “1 - Goiás competitivo e pólo econômico regional 2 – Goiás com cidadania e melhoria na qualidade de vida 3 - Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado 4 - Goiás moderno e empreendedor 5 - Alianças e parcerias em prol de Goiás.”. O segundo PPA para o estado foi denominado de *Goiás século XXI - avançar mais*, com indicações de ação para o período de 2004 a 2007. Sua estrutura é semelhante ao do primeiro plano. Composto por 90 programas setoriais orientados pelas mesmas diretrizes estratégicas. Merece destaque a melhoria na apresentação do plano, que passa a indicar no texto quais as regiões de planejamento do Estado serão destinadas às ações, permitindo dessa forma uma melhor espacialização dos programas e ações. No primeiro PPA essa espacialização é intuitiva, o que dificulta sua regionalização. Entretanto, de acordo com a nomenclatura da ação é possível identificar as regiões e assim proceder à análise de seus possíveis impactos regionais. Nesse trabalho, partimos da hipótese que, para além das questões legais, a análise dos Planos Plurianuais pode revelar o significado do desenvolvimento regional para os governos, assim como o alinhamento teórico com as concepções hegemônicas de intervenção estatal, a exemplo da incorporação das matrizes do planejamento estratégico. No sentido de ordenar nossas argumentações, a reflexão foi dividida em três partes. Na primeira parte refletimos sobre as desigualdades regionais no território goiano. Escolhemos como escala as 10 regiões de planejamento dos Planos Plurianuais e como recorte temáticos dados secundários econômicos e sociais relativos ao período de planejamento. Na segunda parte elaboramos uma leitura dos Planos Plurianuais, relacionando a perspectiva legal (normativa) federal e estadual com os pressupostos políticos, uma vez que o planejamento também traduz o conjunto de forças na arena

¹ O trabalho é resultado parcial de reflexões desenvolvidas no âmbito do Projeto *Avaliação dos impactos territoriais dos programas estaduais de intervenção regional para o Nordeste Goiano, Norte Goiano e Entorno do Distrito Federal, entre 1998 e 2006*, financiado pelo CNPq-Brasil.

política estadual. Na terceira parte buscamos compreender a visão de intervenção estatal presente nos planos, o que foi feito com base na leitura da desigualdade regional. Também estabelecemos os vínculos políticos e econômicos das estratégias contidas nos PPA's com o espaço nacional. A conclusão aponta para a necessidade de colocar na agenda de discussão do Governo Estadual a construção de uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional, uma vez que os Planos Plurianuais não são capazes, pela perspectiva burocrática que os encerram, de estimular uma reflexão mais profunda sobre a desigualdade regional no território goiano.

1 - Desigualdade regional e intervenção estatal em Goiás

Em Goiás, a preocupação com o Planejamento Regional data do ano de 1961, com os Planos de Desenvolvimento Econômico, do Governo Mauro Borges Teixeira (Teixeira, 1961). A preocupação central dos governos, especialmente entre os anos 1960 e 1980, foi investir em infra-estrutura (especialmente transporte e energia, para sustentar a modernização agrícola) e na modernização administrativa, através da criação de inúmeros órgãos, secretarias e empresas estatais, dentre os quais estavam a CELG (Centrais Elétricas de Goiás), o CRISA (Consórcio Rodoviário Intermunicipal), além dos agentes financeiros como CAIXEGO (Caixa Econômica do Estado de Goiás) e o BEG (Banco do Estado de Goiás).²

A partir do final da década 1990, com o Plano Estratégico do Governo de Goiás (Goiás, 1999), um novo plano de intervenção regional passou a integrar a agenda de preocupação do Governo de Goiás, reproduzindo o propósito de corrigir a *distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento e inserir Goiás na economia nacional e internacional garantindo seu crescimento em termos de progresso econômico social e qualidade de vida*. O foco central dos diversos programas contidos nos Planos Plurianuais foram estabelecidos a partir de uma leitura regional do estado cujo foco foi a caracterização da desigualdade regional. Em comum, os planos apresentavam diagnósticos que confirmavam um padrão de organização regional profundamente desigual, seja do ponto de vista demográfico, econômico ou mesmo social.

Tabela 01 - Estado de Goiás: Área, população residente, ICMS e PIB, segundo as Regiões de Planejamento					
Região	Área (km ²)	Nº de Municípios	População residente (2000)	Arrecadação de ICMS (R\$ mil) 2003	Participação no PIB % (2003)
Metropolitana de Goiânia	7.397,203	20	1.743.297	1.848.779	31,03
Centro Goiano	18.493,049	31	541.440	174.328	9,34
Norte Goiano	59.553,224	26	300.807	58.438	5,71
Nordeste Goiano	38.726,364	20	147.986	12.588	1,89

² Historicamente a intervenção governamental no território goiano sofreu forte influência das concepções de desenvolvimento adotadas no país. Os exemplos mais claros foram o Nacional Desenvolvimentismo, que marcou a gestão do Governador Mauro Borges e a política neoliberal que culminou, no Brasil, assim como em Goiás, na política de privatizações. A usina de Cachoeira Dourada, principal ativo da CELG (Centrais Elétricas do Estado de Goiás), foi privatizada, assim como os agentes financeiros (bancos) do estado e empresas estatais.

Entorno do Distrito Federal	35.950,001	19	810.701	60.558	9,19
Sudeste Goiano	25.120,227	22	212.252	97.513	7,46
Sul Goiano	25.122,039	26	350.266	111.325	9,94
Sudoeste Goiano	61.498,463	26	433.168	160.105	17,63
Oeste Goiano	52.682,234	43	328.504	37.029	5,85
Noroeste Goiano	15.543,894	13	134.807	7.867	1,95
ESTADO DE GOIÁS	340.086,698		5.003.228	2.568.530	100,00

Fonte: IBGE (2000), GOIÁS (2005)

De fato, no final da década de 1990, momento que entra vigor os Planos Plurianuais, o território goiano apresenta uma estrutura regional fortemente marcada pela desigualdade, conforme se nota na tabela 1. Os espaços metropolitanos (Região Metropolitana de Goiânia e Região do Entorno de Brasília) concentravam mais de 50% da população do Estado, o que significa que as densidades populacionais estão desigualmente distribuídas no território. Na faixa norte/nordeste é onde encontramos as menores densidades, assim como os municípios com predomínio de população abaixo de 15.000 habitantes (IBGE, 2000). Em relação à participação no PIB (Produto Interno Bruto), a Região Metropolitana de Goiânia concentrava, em 2003, mais de 30% do total do Estado. No caso do PIB é interessante notar que a faixa Sul do estado, representada pelas regiões Sudeste, Sul e Sudoeste, representavam, nesse mesmo período, 35% da participação de todo o Estado, o que se justifica devido a peso das atividades agropecuárias. O contraste é, novamente, o Nordeste Goiano e o Noroeste Goiano, com participação abaixo de 2%.

Essa desigualdade regional acompanha o território goiano desde a época colonial e foi, historicamente, se traduzindo em problemas de diversas ordens (periferização, violência urbana, desemprego, degradação ambiental etc.) que atingem, de maneira distinta, as diversas regiões goianas, exigindo respostas tão complexas quanto os arranjos regionais e é este diagnóstico, associado à modernização administrativa, que motivou as diferentes visões de planejamento em Goiás.

2 - O planejamento territorial e os Planos Plurianuais em Goiás

A constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 165º estabelece a obrigatoriedade, tanto para o Governo federal como para os Governos estaduais e municipais, do estabelecimento, para fins de planejamento, dos Planos Plurianuais (PPA). Esses planos são instrumentos de planejamento de médio prazo, normalmente quatro anos, que estabelecem diretrizes, objetivos e metas das administrações públicas para as despesas de capital e outras delas decorrentes.³

Incorporando as mesmas concepções da Constituição Federal, a Constituição do Estado de Goiás promulgada em outubro de 1989, também estabelece em seu artigo 110º a obrigatoriedade do planejamento estatal baseado no PPA.

³ A execução do PPA tem início somente no segundo ano dos mandatos governamentais e é encerrada no primeiro ano do mandato seguinte.

Art. 110º - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual
- II - as diretrizes orçamentárias
- III - e os orçamentos anuais

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada
(Constituição do Estado de Goiás de 1989)

Embora previsto nas Constituições federais e estaduais desde final da década de 1980, os dois primeiros PPA's de Goiás só ocorreram entre 2000 e 2007, após a eleição de Marconi Perillo para governador do estado. O primeiro plano foi denominado de *Goiás para o século XXI – PPA 2000/2003* e o segundo denominado de *Goiás para o século XXI - avançar mais - PPA 2004/2007*.

O I Plano Plurianual: Goiás para o século XXI (2000-2003)

Na mensagem que envia o primeiro PPA à Assembléia Legislativa em 30 de setembro de 1999, o governador aponta para a crise da economia brasileira, e os conseqüentes reflexos para a economia goiana, levando para o Governo a necessidade de conduzir o processo decisório em acordo com modelos de gestão elaborados de forma realista, com adequação das metas da ação governamental aos meios efetivamente disponíveis. (GOIÁS, 2001).

Na mesma mensagem o governador coloca que a nova ordem mundial decorrente da globalização econômica impõe que o estado de Goiás se torne mais competitivo na busca do desenvolvimento econômico e social. Na sua opinião cabe ao estado estabelecer seu campo de atuação, destacando as atividades públicas e aquelas que poderão ser desempenhadas por outros parceiros, sobretudo o setor privado. (GOIÁS, 2001).

O texto encaminhado à Assembléia prevê ainda o equilíbrio das contas públicas, com a implantação do Ajuste Fiscal com metas de redução de gastos e incremento da receita tributária.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN-GO) o primeiro PPA - *Goiás Século XXI* tinha por objetivo central: *A inserção de Goiás na economia nacional e internacional para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico social e qualidade de vida*. Sendo orientado por cinco diretrizes estratégicas ou objetivos estratégico (quadro 01), o plano foi composto por um conjunto de 125 programas distribuídos em 20 setores econômicos. Cada um dos programas⁴ desdobra-se em ações. A ação é o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolve um conjunto de operações, das quais resulta um produto que é um bem ou serviço destinado ao público alvo.

⁴ Os programas são ainda classificados em três tipos de acordo com o público alvo das ações, temos dessa forma programas finalísticos que ofertam serviços e bens diretamente à população; programas de Gestão de políticas pública que ofertam bens ou serviços ao próprio Estado e programas de Apoio administrativo que ofertam serviços aos órgãos executores dos programas finalísticos e de gestão pública.

Quadro 01 - Diretrizes estratégicas seus objetivos e setores econômicos no PPA 2000-2003

Estratégia	Objetivo	Setores econômicos
1- Goiás competitivo e pólo econômico regional	Desenvolver e fomentar a competitividade de Goiás no contexto da economia globalizada enfrentando os desafios para produzir em padrões de eficácia em nível mundial consolidando o estado como pólo econômico regional.	Desenvolvimento macroeconômico - agropecuário indústria comércio e serviços - mineração - infra-estrutura econômica - ciência e tecnologia
2-Goiás cidadania com melhoria na qualidade de vida	Criar condições aos goianos de acesso e facilidade de atendimento aos bens sociais e ao mercado de trabalho permitindo o pleno exercício da cidadania	Educação, cultura e esporte - saúde - segurança e justiça, assistência e promoção social - geração de renda e trabalho.
3 - Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado	Corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento, propiciando um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentável	Desenvolvimento regional - meio ambiente e recursos hídricos - saneamento - habitação e desenvolvimento urbano.
4 - Goiás moderno e empreendedor	Transformar a estrutura do governo modernizador descentralizado e construindo um serviço voltado ao cidadão e ao estabelecendo canais de comunicação com a população.	Gestão pública - finanças públicas - divulgação e publicidade
5 - Alianças e parcerias em prol de Goiás	Criar uma nova prática política e de governo que incorpore toda a sociedade em um novo Goiás mais solidário e democrático	

FONTE: GOIÁS 2001

O conjunto de programas que compõe o PPA é financiado pelos recursos do Tesouro do Estado, juntamente com outros provenientes de parcerias com a União, outros estados, municípios e setor privado. A previsão de recurso para o período de 2000-2003 foi de R\$: 19,9 bilhões.

A primeira estratégia *Goiás competitivo e pólo econômico regional* teve um foco regional a partir da escala nacional, com base no crescimento econômico. Procurou-se com essa estratégia criar condições infra-estruturais necessárias para o desenvolvimento econômico de Goiás. É a estratégia que recebe os maiores investimentos cerca de 60% dos recursos destinados para investimentos no período.

O setor econômico que mais recebeu investimentos foi o de Desenvolvimento Macro Econômico (estratégia I) para o qual foram disponibilizados cerca de 30% do orçamento total do Plano. Os investimentos nesse setor tiveram como objetivos: Incrementar a competitividade aos bens e serviços produzidos em Goiás, agregando-lhes valor e implementação de infra-estrutura, através de parcerias, para garantir mais competitividade a economia goiana. As principais ações para este setor são: redução de tributos, estudos das cadeias produtivas, investimentos em pesquisas sobre os setores econômicos, criação de design para produtos, obras na área de transporte, geração e distribuição de energia, implantação do ramal gasoduto Brasil/Bolívia e investimentos na área de telecomunicações.

A terceira estratégia *Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado*, ao admitir os desequilíbrios regionais, previu a implantação de projetos específicos em quatro regiões do estado, norte, nordeste, entorno do distrito federal e região

metropolitana de Goiânia (RMG). Essa estratégia é dividida em quatro econômicos: desenvolvimento regional – meio ambiente e recursos hídricos – saneamento e habitação – e desenvolvimento urbano. Para o setor de desenvolvimento regional, onde constam os quatro principais programas que visam à correção das distorções regionais foi previsto a destinação de 4% dos investimentos totais do plano.⁵

O II Plano Plurianual: Goiás para o século XXI (2004-2007) – avançar mais

Com a reeleição do Governador Marconi Perillo em 2003, foi elaborado um novo documento, denominado de *Goiás século XXI - avançar mais*, com indicações de ação para o período de 2004 a 2007. Sua estrutura é semelhante ao do primeiro plano. Composto por 90 programas setoriais orientados pelo mesmo objetivo central e pelas mesmas diretrizes estratégicas.

Merece destaque a melhoria na apresentação do plano, que passa a indicar no texto qual das regiões de planejamento do estado, será destinada determinada ação, permitindo dessa forma uma melhor espacialização das ações (Mapa I). No primeiro PPA essa espacialização é intuitiva. De acordo com a nomenclatura da ação é possível identificar que algumas ações têm maior possibilidade de impactos em determinadas regiões.

Para o período de 2004 a 2007 foi previsto um total de investimentos na ordem de R\$ 38,3 bilhões um aumento de 92% em relação ao período anterior. De acordo com a própria SEPLAN esse aumento deve-se a inclusão no PPA de grandes obras de interesse do Estado, como o Metrô de Goiânia, o Teleporto, a Ferrovia Norte-Sul, o Gasoduto Brasil-Bolívia e a Plataforma Logística Multimodal a ser instalada no município de Anápolis.

Da mesma forma como no período anterior, a estratégia I é a com maior previsão de repasses do plano. O setor econômico que mais recebeu investimentos foi o de Infraestrutura para o qual foram previstos aproximadamente 25% do orçamento total do Plano. Os investimentos nesse setor tiveram como objetivos: modernização e universalização dos serviços de transporte, energia e telecomunicações em Goiás. As principais ações para este setor são: pavimentação de rodovias, desenvolvimento de redes multimodal de transportes, implementação de infra-estrutura urbana básicas em bairros e conjuntos populares.

Embora a questão regional tenha sido levantada no primeiro PPA, não havia na lei de criação nenhuma referência sobre a divisão do estado em regiões de planejamento. Sendo que a partir do segundo PPA *Goiás século XXI - avançar mais*, estas são integrantes da lei de criação ainda não numerada.

Goiás foi dividido em 10 regiões de planejamento (mapa II):

⁵ Programa da RMG – Metrópole Cidadã, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano - Nordeste Novo, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal e Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Norte Goiano.

01 - Metropolitana de Goiânia, 02 - Centro Goiano, 03 - Norte Goiano, 04 - Nordeste Goiano, 05 - Entorno do Distrito Federal, 06- Sudeste Goiano, 07 - Sul Goiano, 08 - Sudoeste Goiano, 09 - Oeste Goiano, 10 - Noroeste Goiano.

De acordo com a SEPLAN as 10 regiões foram definidas obedecendo aos seguintes critérios:

A Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar (Constituição Federal) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

As regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes no primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais.

A Região Metropolitana de Goiânia é a definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999 e alterações posteriores. A GRANDE GOIÂNIA compreende 12 municípios e sua Região de Desenvolvimento Integrado é composta por mais oito municípios.

As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.

Teoricamente, essa regionalização orientará, espacialmente, o diagnóstico e a distribuição dos projetos no PPA. Essa regionalização foi fundamentada em critérios econômicos e resulta, em alguns casos, da agregação das microrregiões do IBGE.

Comparando perspectivas

A análise dos dois documentos do PPA aponta para algumas questões relativas à ação estatal no território goiano:

- 1- O planejamento estatal passou a ser indicativo e sua execução compartilhada com os municípios e a União.
- 2- O ponto central foi a modernização da administração pública com enxugamento da burocracia estatal.
- 3- A inserção no mercado foi vista como a grande indutora do desenvolvimento.
- 4- Desenvolvimento de uma concepção de intervenção regional com forte apelo competitivo, especialmente quando se trata das regiões Sudoeste Goiano (eldorado do Agronegócio) e Centro Goiano (região dos pólos tecnológicos e da concentração de serviços). As regiões de maior peso nas exportações, em 2005, foram as Sul, Sudoeste, e a região Metropolitana, com mais de 50% das exportações. Do ponto de vista do PIB essas regiões representavam, em 2005,

mais de 60% do Estado. Esse fato justifica o porquê de essas regiões, nas estratégias do PPA, serem os focos da competitividade.

- 5- O PPA 2004-2007 não sugere nenhuma mudança no quadro de intervenção estatal. Esse é uma nova versão (melhorada do ponto de vista da estruturação) do primeiro documento. “Constitui-se na realidade, um aprofundamento da inserção subordinada do sistema produtivo local ao mercado nacional e internacional.” (Moraes, 2005)

Com objetivo bem claro de promover *a inserção de Goiás na economia nacional e internacional para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico social e qualidade de vida*, os PPA's teriam que possibilitar que as economias locais (regionais) se tornassem economias competitivas no mercado internacional. Contudo, a estratégia do desenvolvimento equilibrado espacialmente, perdeu-se no âmbito da estratégia econômica de intervenção, uma vez que a atividade produtiva e investimentos públicos e privados consolidaram-se em área historicamente mais capitalizadas e dinâmicas do estado, é o principal programa de fomento industrial, o PRODUZIR, que oferece incentivos fiscais, concentrou os financiamentos nos municípios do Centro Sul Goiano reforçando o padrão concentrador. Rio Verde e Anápolis, em 2003, receberam mais de 46% dos investimentos e, por consequência, a maior parte das empresas. (ARRAIS, 2007). Nesse ano não consta registro de nenhuma concessão para municípios do Norte, Nordeste e Noroeste. Se esse programa de incentivo tinha com objetivo incentivar a desconcentração industrial, como expressos nas leis de criação, isso não ocorreu.

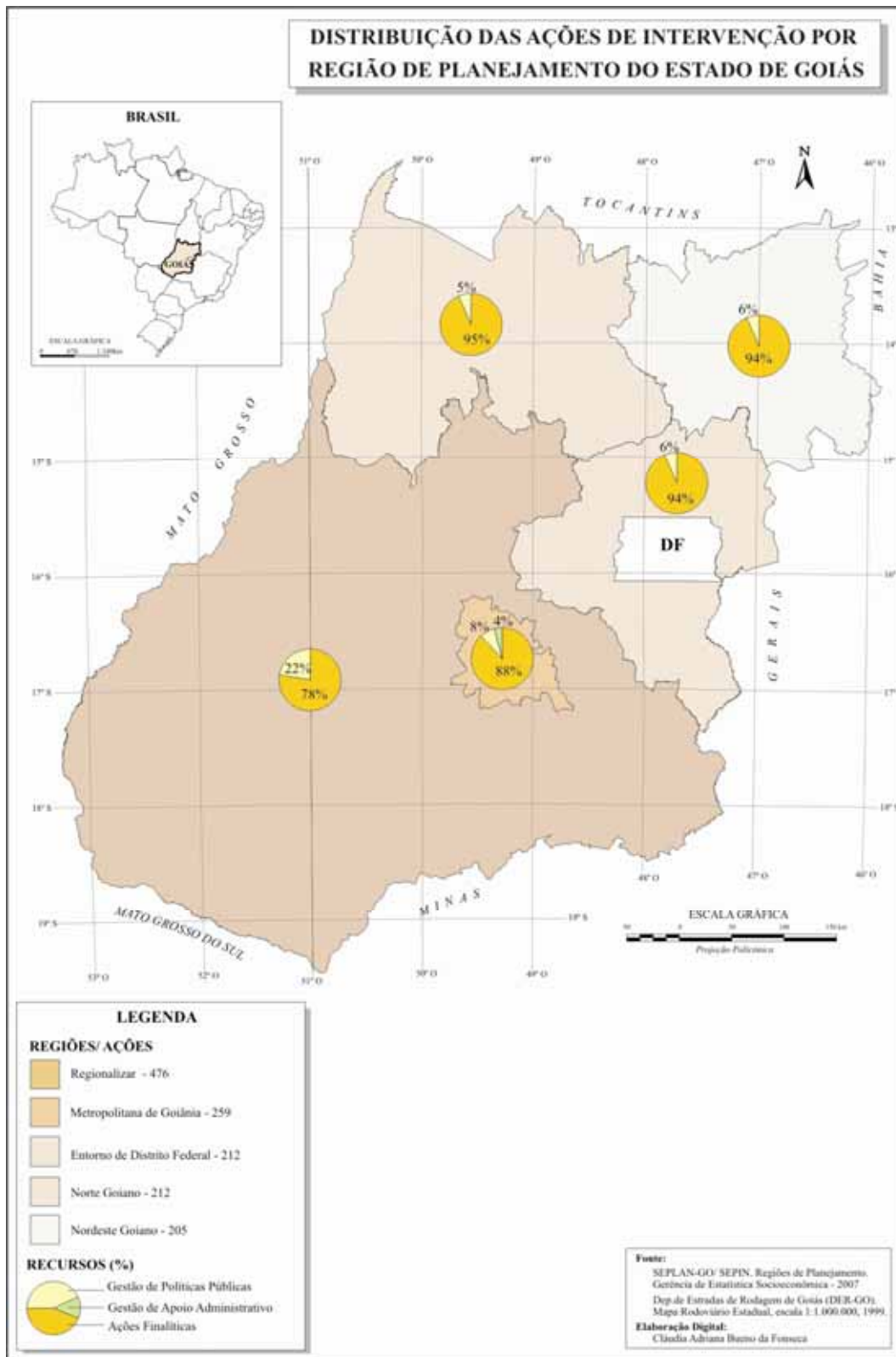
Sem dúvida houve ganhos econômicos para o estado de Goiás pós implantação do primeiro PPA, esses ganhos são observados principalmente na adição de valores ao PIB goiano, entre 1998 e 2005, o PIB de Goiás praticamente triplicou, subindo de 17,428 bilhões para 50,536 bilhões de reais (Goiás 2007), crescimentos superiores a média nacional. Mas, apesar do aumento das riquezas, o PIB goiano continua concentrado em poucos municípios. Como mostra os resultados divulgados pela SEPLAN no *estudo do PIB dos municípios Goianos*. Os dados divulgados mostram a concentração das riquezas em dez municípios goianos, que responderam por 60% do total de R\$ 57,09 bilhões do PIB goiano em 2006. No ano anterior, as dez cidades mais ricas: Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Catalão, Senador Canedo, Itumbiara, Luziânia, Jataí e São Simão, responderam por 58,46% dos R\$ 50,5 bilhões gerados. Em 2006, esse grupo gerou riqueza de R\$ 34,34 bilhões, com aumento de 1,68% no total do PIB em relação a 2005. (GOIÁS, 2007).

3-Finalizando

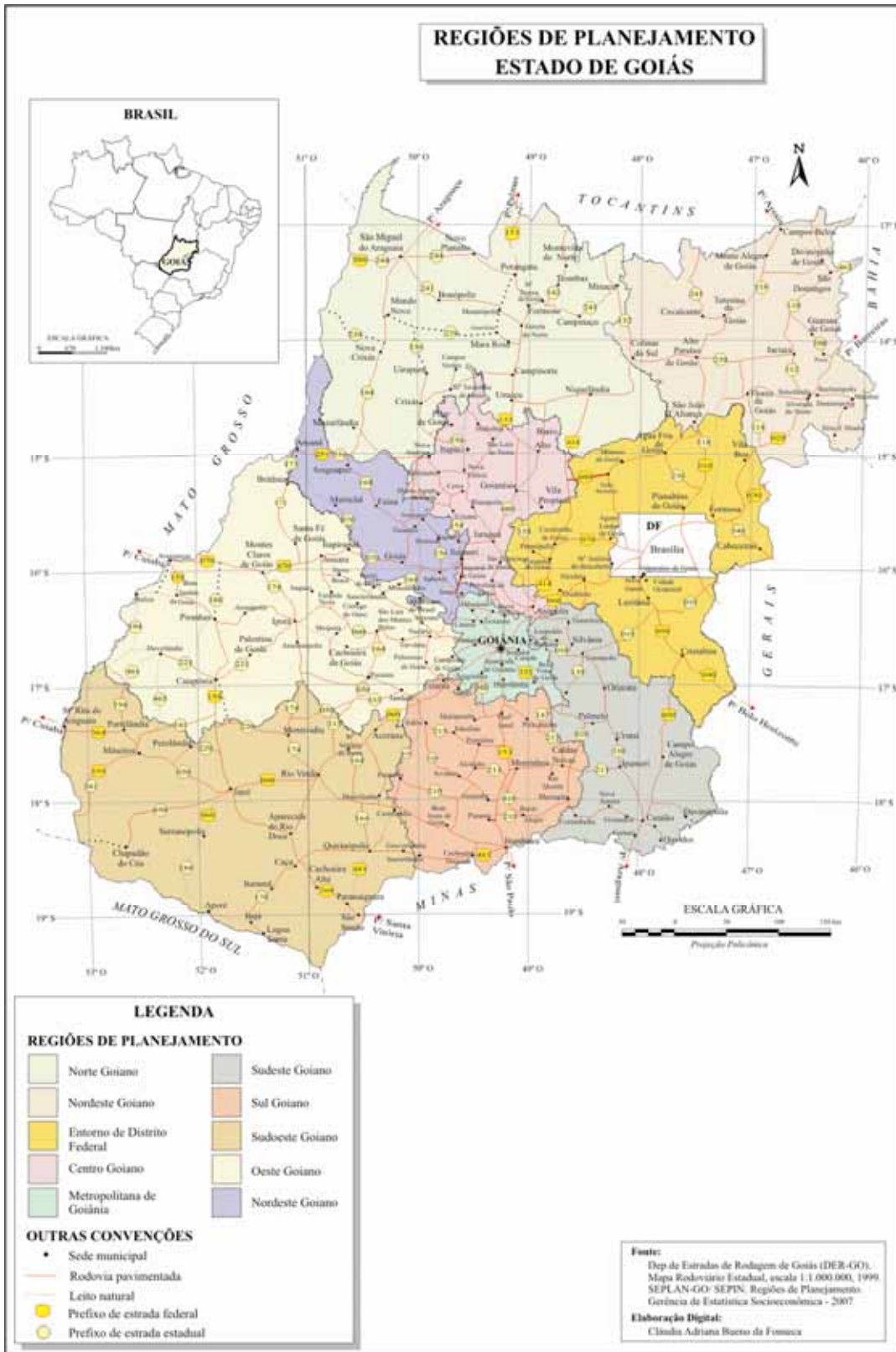
A revalorização do planejamento estatal em Goiás no final da década de 90 foi condicionada pela nova ordem mundial decorrente da globalização econômica, que exige cada vez mais competitividade e produção para atender a demandas externas. Com os PPA's o Estado passou a redefinir suas prioridades, criando novas formas de organização da produção no território e buscando maior eficiência da máquina pública e racionalização das ações.

Não há dúvidas da importância dos PPA's para a gestão e organização territorial, mas, este é apenas parte do processo de planejamento. O rápido crescimento do PIB, entretanto, resulta mais de fatores estruturais da economia, do que da prática do planejamento por meio dos PPAs. Todavia, nota-se que os planos de crescimento do desenvolvimento implementados necessitam de uma avaliação dos impactos sociais e econômicos, pois tem sido ineficazes no sentido de diminuir as desigualdades regionais, uma vez que a visão de desenvolvimento regional como sinônimo de aumento da competitividade significa que apenas algumas regiões poderão atingir o sucesso.

Um plano que se diga regional deve identificar nas regiões os fatores que influenciam o desenvolvimento econômico e social, além de estimular novas formas de participação dos atores sociais com vínculos na região.



Mapa I



Mapa II

Referencias

ARRAIS, Tadeu A.: planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**, Fortaleza, V.6 nº12, p 17-24, 2007

_____. O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: **Anais do XI ENA – Encontro Nacional da ANPUR**. Belém: ANPUR, 2007b

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasil: Brasília, 1988

GOIÁS. **Constituição do Estado de Goiás**. Goiás. 1999.

_____, **Anuário estatístico do Estado de Goiás**. Goiânia: SEPLAN, 2003.

_____, **Anuário estatístico do Estado de Goiás**. Goiânia: SEPLAN, 2005.

_____, **Plano Plurianual 2000 – 2003**, Goiânia. SEPLAN, 2001

_____, **Plano Plurianual 2004 – 2007**, Goiânia. SEPLAN, 2003

_____, **Produto Interno Bruto do Estado de Goiás - 2002 a 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999

IANNI, Octávio: **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro. Editora Civilizações Brasileiras, 1986

LAFER, Betty Mindlin: **Planejamento no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997

LUZ, Joselito Mendes: **A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o PDGE e a reforma administrativa do Governo Mauro Borges**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1987

MORAIS, Robson de Sousa. A captura contemporânea do território goiano In: CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org.). **A Captura do Território Goiano e a sua Múltipla Dimensão Socioespacial**. 1ª. ed. Catalão - GO: Gráfica e Editora Modelo, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Cia das letras, 2000.

SILVA, Adaiton Lopes T. da: **Estado, Planejamento e Gestão Pública em Goiás os Governos de M. Borges e M. Perillo**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003

TEIXEIRA, M. B. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás** – 1961-1965. V. 1 e 2. Goiânia: Secretaria de Governo, 1961.

Sites consultados:

www.ibge.gov.br

www.seplan.go.gov.br